


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1002464-43.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **ALAN XAVIER MIRANDA**  
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

**ALAN XAVIER MIRANDA**, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 21 de fevereiro de 2012 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor equivalente a R\$ 13.500,00.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*; no mérito contesta que a invalidez do autor seja permanente por ausência de laudo médico do IML, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não é caso de ilegitimidade passiva: *"inadmissível a pretensão de inclusão no pólo passivo da ação de cobrança da Seguradora Líder dos Seguros DPVAT"* (cf. Ap. Nº 990092573098 – 32ª Câmara de Direito Privado TJSP – 12/11/2009<sup>1</sup>), já que *"em caso de acidente, o beneficiário pode reclamar a indenização na seguradora de sua preferência"*<sup>2</sup>.

Também não falta documento essencial à propositura da ação: *"Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada"* (cf. Ap. 917086-24.208.8.26.00 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012<sup>3</sup>).

No mérito, o laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho do autor, permanente, da ordem de 35% e é claro ao apontar a sequela: *"de fratura de úmero direito, luxação gleno umeral e lesão de nervo radial"* (fls. 143).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade da pessoa do autor, para o trabalho, o laudo foi claro: *"Há nexo de causalidade como referido acidente. Comprometimento*

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>2</sup> JTACSP – Volume 147 – página 129.

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

*Patrimonial Físico estimado em 35% (50% de 70% pela perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores) em analogia à Tabela da SUSEP” (sic. – fls. 142).*

É que a *dificuldade do autor* resulta numa redução da capacidade para o trabalho de 35%.

Tem-se, portanto, por comprovada a invalidez total e permanente do autor, em razão de “*sequela de fratura de úmero direito, luxação gleno umeral e lesão de nervo radial*” (sic.) resultantes do acidente de trânsito.

É, portanto, devida a indenização prevista no inciso II do art. 3º, da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com as alterações que lhe deu o art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: “*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez*”.

No presente caso, portanto, devida indenização em favor do autor no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), correspondente ao percentual de 35% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00.

Ademais, nos termos da Súmula nº 426, do STJ: “*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação*”.

Os honorários advocatícios regulam-se pelo que dispõe o art. 20 do Código de Processo Civil, não estando o juiz adstrito a outro critério, com o devido respeito.

Em resumo, a ré sucumbe e deverá arcar com o pagamento da indenização, conforme acima liquidado, além de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado, fixação que se faz no patamar máximo em razão de que a ré tenha se valido de teses várias, em sua totalidade já reiteradamente rejeitadas por nossos tribunais, demonstrando espírito voltado à protelação do atendimento do direito da autora, vitimada gravemente por acidente de trânsito, conforme a leitura dos autos permitiria à ré concluir e verificar.

Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais a pagar ao autor ALAN XAVIER MIRANDA a importância de R\$ 4.725,00 (*quatro mil setecentos e vinte e cinco reais*), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, a contar de fevereiro de 2012 e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 14 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**